

## TESE DE DOUTORADO

# O DISCURSO DE ÓDIO NA DEMOCRACIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO PROCESSO DE REJEIÇÃO E DE DESTITUIÇÃO DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF

Mariana Jantsch de Souza  
marianajsouza@yahoo.com.br

Doutora em Letras

Universidade Católica de Pelotas (UCPel)

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Ercília Ana Cazarin

Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas

Área de concentração: Letras/Linguística Aplicada

Data da defesa: 30 de novembro de 2017

PALAVRAS-CHAVE: processo de rejeição e de destituição de Dilma Rousseff, Análise de Discurso, democracia, liberdade e igualdade, discurso de ódio.

Esta pesquisa parte do anseio de pensar, no plano da linguagem, como os valores e direitos fundamentais de liberdade e de igualdade circulam socialmente. Esses, juntamente com a dignidade humana, constituem a espinha dorsal de toda nossa ordem jurídica. Diante de conflitos sociais que põem em questão o modo como funcionam tais valores, nesta pesquisa, buscamos compreender diferentes movimentos discursivos imbricados nesse processo – antagonismo, repetição, regularização, deslocamento, metáfora, deslizamento, entre outros.

A partir desse ponto inicial, decidimos analisar a repercussão da eleição presidencial de 2014. Ao longo do processo teórico-metodológico de configuração do *corpus*

discursivo, conformamos o que chamamos, nesta pesquisa, de *processo político, jurídico e social de rejeição e de destituição de Dilma Rousseff* fortemente marcado pelo discurso de ódio. Nosso olhar analítico se volta para os movimentos de rejeição e de destituição de Dilma Rousseff, de um lado, e para os movimentos de resistência, de outro; bem como para o discurso de ódio produzido em meio a esses movimentos.

Para tanto, trabalhamos com duas formações discursivas (FDs): uma que representa os movimentos discursivos de rejeição e de destituição (FD1) e outra (FD2), representativa dos movimentos de resistência. Para realizar esses propósitos de pesquisa, nosso *corpus* é composto por manifestações de cidadãos brasileiros publicadas nas redes sociais em repercussão ao resultado eleitoral de 2014 e por bordões produzidos ao longo de processo de destituição de Dilma. São manifestações que põem em jogo uma certa ideia de liberdade e de igualdade em relação à atuação de cada cidadão no processo democrático para escolha de representantes políticos. Nossas reflexões sustentam-se nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso (AD), tal como concebida por Pêcheux e desenvolvida por Orlandi no Brasil.

Perpassa toda a tese, a discussão sobre a relação entre os direitos fundamentais de liberdade e igualdade, tal como propostos em nossa ordem constitucional, contrapondo com seu funcionamento nas práticas discursivas analisadas. Como sugere Alain Touraine (1998), pensar a realização da democracia (neste recorte ou a partir de qualquer outro) é refletir sobre a relação eu/outro. Nesta tese, pensar essas questões é pensar, a partir de nosso *corpus* discursivo, como alguns brasileiros se relacionam com os outros.

Nosso exercício analítico foi construído, levando em conta que todo dizer pode ser outro, que os sentidos não estão nas palavras, que a compreensão de qualquer discurso nos defronta com uma rede invisível e os movimentos que aí se instauram:

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, **mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho** (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) **de deslocamento no seu espaço** (PÊCHEUX, 2008, p. 56, grifos nossos).

Na leitura que apresentamos acerca da produção discursiva de cidadãos brasileiros, em repercussão ao resultado eleitoral presidencial, partimos do princípio de que os direitos de liberdade e de igualdade se constituem como eixos estruturantes de nossa ordem jurídica e do Estado Democrático de Direito. Por isso, tomamos as práticas discursivas analisadas como materialidades, a partir das quais podemos observar esses valores em sua circulação social e refletir sobre eventuais incoerências em nosso processo democrático. Apresentamos esta análise em quatro capítulos.

No primeiro, tratamos da noção de democracia, seus pressupostos e fundamentos, caminho que nos leva a pensar os direitos fundamentais de liberdade e de igualdade. Depois, tratamos da democracia em nossa ordem jurídica, considerando nossa atual Constituição Federal (CF) e nossa história democrática. Fundamentamos essas reflexões em teóricos da área da Ciência Política e do Direito, tais como Bobbio, Touraine, Chauí, José Afonso da Silva, Sarlet entre outros.

No segundo capítulo, apresentamos a metodologia utilizada e as condições de produção das práticas discursivas em análise, explicitando os contornos de nosso recorte e expondo nosso *corpus*. Abordamos as noções de recorte, de condições de produção (CP), de formação discursiva (FD), de posição-sujeito (PS), entre outras. Finalizamos

descrevendo a conjuntura, a partir da qual se instaurou o *processo político, jurídico e social de rejeição e de destituição da Presidenta Dilma*.

No terceiro capítulo, exploramos o dispositivo teórico selecionado para sustentar o gesto de interpretação proposto e construímos nosso dispositivo analítico. Nos dedicamos à análise do movimento de rejeição à Dilma, iniciado com a repercussão de sua reeleição, bem como as reações que tal movimento desencadeou.

No quarto capítulo, nos detemos na análise dos movimentos de destituição da Presidenta. Para nossas reflexões, essa fase do processo em pauta abrange a discursivização do binômio golpe (resistência) e *impeachment* (destituição) e seus desdobramentos. Ainda neste capítulo, nos ocupamos com a análise da expressão *#TchauQuerida*.

Nessas reflexões, compreendemos os direitos fundamentais de liberdade e de igualdade como parâmetros jurídicos para a organização de toda ordem jurídico-política. No entanto, nosso gesto de análise mostrou que tais direitos não foram tratados como essenciais ao processo democrático.

Na discursividade da FD1, os valores liberdade e igualdade circularam socialmente de forma restritiva e segregacionista. Este domínio do saber representa uma parcela da população que não aceita que todos os brasileiros sejam iguais e livres, em especial para decidir os rumos políticos do país. De outro lado, observamos algumas reações, em um processo discursivo (FD2) que procurou insistir na ampla abrangência de tais valores, na necessidade de preservar a liberdade de participação democrática, mas o fez mantendo os efeitos de polarização e de agressividade no modo de instaurar uma interlocução com o discurso-outro.

Nesse contexto, tratamos também da questão da repetibilidade com fundante de sentidos em todo dizer, levando em conta o que ensina Indursky (2011, p. 88) ao explicar que a repetibilidade sustenta movimentos de regularização e, também, de desregularização de sentidos. Observamos que na FD1 a repetição de dizeres atualiza sentidos já produzidos, atuando na regularização de dizeres em circulação social. São os sentidos que remontam ao início da migração de brasileiros nordestinos/nortistas para a região sul/sudeste, momento em que os nordestinos foram forjados discursivamente como bodes expiatórios dos problemas de São Paulo. Esse discurso foi tomado como efeito fundador dos sentidos produzidos no âmbito da FD1 e, assim, compreendemos a presença desses efeitos de sentido como pré-construídos.

De outro lado, na discursividade da FD2, a repetibilidade insere-se num processo de desregularização e transformação de sentidos e, dessa forma, culmina com a produção de um contradiscurso. Discurso esse que produz movimentos de resistência e, assim, se constitui para desqualificar os efeitos de sentido produzidos na discursividade da FD1. Para isso, procura mostrar a heterogeneidade do Brasil, dos brasileiros, dos saberes em circulação em nossa sociedade, das posições de dizer.

A FD1 resgata sentidos que acompanham uma parcela da sociedade brasileira desde a formação do país: lugar de privilégios, de diferenças sociais bem demarcadas às quais correspondem espaços sociais bem definidos. Trata-se do espaço dos direitos, de um lado, e, de outro, o espaço da ausência de direitos. É dizer, o espaço dos saberes da FD1, em oposição ao espaço dos saberes da FD2. Também podemos pensar que esses sentidos se movimentam na direção do *“você sabe com quem está falando?”*, bordão tão conhecido dos brasileiros e tão bem explicado pelo sociólogo Roberto DaMatta. Representa o

discurso que expõe o lugar que caberia a cada um na sociedade brasileira, resgata a tão importante falta de igualdade que nos é congênita.

O discurso da FD1, ao tematizar o resultado eleitoral, produziu efeitos de hostilização, polarização, segregação e ódio. Efeitos produzidos a partir de uma relação maniqueísta engendrada entre os polos em embate: sujeitos inscritos na FD1 *versus* sujeitos inscritos na FD2 (designados de modo homogeneizante como nordestinos). Assim, a relação de antagonismo foi discursivizada de forma a não reconhecer o outro como igual e livre, tomando-o como alvo de violências. E, metodologicamente, procuramos mostrar seu funcionamento a partir de três movimentos de violências contra o sujeito nordestino e, conseqüentemente, contra a democracia.

Consideramos o discurso de ódio como uma produção discursiva que põe em funcionamento a desvalorização do sujeito e de sua dignidade. Trata-se de uma forma de violência materializada na linguagem (cf. Zizeck, 2014). Entendemos que esse tipo de discurso por si só já tem caráter antidemocrático, uma vez que “dignidade é liberdade e empoderamento da pessoa” (SARMENTO, 2016, p. 328). Assim, significar o outro como um sujeito sem dignidade (ou menos digno) é privá-lo de sua liberdade democrática; é restringir o alcance dos preceitos democráticos.

Observamos como o ódio toma, também, a democracia como alvo. Ancoramos tal reflexão nas considerações de Rancière (2014), o qual entende que o ódio à democracia sempre existiu, mas hoje se revela a partir do excesso de democracia: para as elites a vida democrática tornou-se insustentável em razão do excesso de democracia.

No segundo momento do processo de discursivização dos acontecimentos em torno da reeleição de Dilma e da crise política brasileira, tomamos os movimentos de destituição e de resistências como objeto de nossas reflexões. Analisamos o par

Golpe/*Impeachment* e a hashtag #TchauQuerida, observamos como essas práticas discursivas materializaram os referidos movimentos e como funcionaram nos dois discursos em pauta. São dizeres que discursivizam os mesmos acontecimentos a partir de posições opostas, materializando as relações de força (antagônicas) em jogo. Compreendemos que tais termos funcionam como designações, produzindo um efeito de identificação em relação a uma FD e, ao mesmo tempo, um efeito de oposição em relação a outra FD, legitimando e/ou deslegitimando os saberes de cada uma.

Por fim, ressaltamos que nosso exercício analítico, constitui-se em um percurso constante entre descrição e interpretação, entre teoria e análise. Em atenção a esse aspecto, alertamos que apresentamos nosso gesto de interpretação frente ao aporte teórico mobilizado, sobretudo às questões propostas e ao nosso *corpus* teórico. Contudo, sabemos que, como gesto, apresentamos uma possibilidade de interpretação, sem, no entanto, desconsiderar outras.

## Referências

- INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. F. (Orgs.). *Memória na/da análise do discurso*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.
- PECHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.
- RANCIERE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- SARMENTO, Daniel. *Dignidade da pessoa humana: conteúdo, trajetória e metodologia*. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
- TOURAINE, Alain. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

ZIZEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014.

**Recebido em 3 de janeiro de 2018.**

**Aceito em 5 de janeiro de 2018.**